



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REGISTRO DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 19h50min do dia 25/5/16, no Plenário Amyntas de Barros, sob a direção do presidente desta Casa, vereador Wellington Magalhães, deixou de reunir-se, por falta de quórum, em caráter extraordinário, a Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Mesmo não havendo quórum, o presidente desta Casa, vereador Wellington Magalhães, abriu os trabalhos para a realização da Audiência Pública com a finalidade de “discutir a demissão de vigias nas escolas municipais e Unidades Municipais de Educação Infantil - UMEIs”. Registre-se que: 1) esta reunião estava agendada para iniciar-se às 19 horas; 2) esta reunião se originou do Requerimento de Comissão nº 259/16, de autoria do vereador Wellington Magalhães. O presidente desta Casa, vereador Wellington Magalhães, convidou para compor a mesa: 1) a presidente da Associação Pedreira Unida, Edna Maria Vieira Ferreira; 2) o diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sind-Rede, Daniel Wardil. O presidente desta Casa, vereador Wellington Magalhães, informou ter sido procurado por representantes da Pedreira Unida que queriam informações sobre as demissões de vigias das escolas municipais. Relatou, então, que, para verificar o que poderia ser feito em relação ao problema, reuniu-se com o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Araujo de Lacerda, a quem solicitou a possibilidade de reverter a situação. Disse ter explicado que a medida afetaria trabalhadores com salários baixos, mas que necessitavam desses rendimentos. Informou que essa afirmativa fora rebatida sob a alegação de que, mesmo sendo salários baixos, a medida representaria economia para a Prefeitura. Informou, então, que, na próxima semana, se encontrará com o secretário municipal de governo, Vítor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Valverde, para saber o que, definitivamente, pode ser feito. Ressaltou, no entanto, não saber se o retorno será positivo ou negativo. A presidente da Associação Pedreira Unida, Edna Maria Vieira Ferreira, registrou não ter sido apenas a Associação Pedreira Unida que havia se mobilizado para apoiar o movimento contrário à demissão de vigias de escolas, Umeis e postos de saúde. Explicou que a periferia da cidade é um local bastante vulnerável e, nesse sentido, avaliou que a instalação de câmeras de segurança não será suficiente para assegurar a segurança de escolas, Umeis e postos de saúde. Registrou que, principalmente, no período noturno, a presença desses vigias é muito importante. Disse ser preciso fazer algo em favor desses “pais de família”, que, segundo informou, moram nas proximidades daqueles locais e, por isso, possuem familiaridade com os alunos e com os frequentadores de postos de saúde. Considerou que essa familiaridade ajuda e muito a resolver os problemas de segurança das escolas. O diretor do Sind-Rede, Daniel Wardil, agradeceu o vereador Wellington Magalhães pela iniciativa. Registrou que, diante da crise econômica por que passa o País, seria muito complicado colocar tantos trabalhadores, que são pais de família, “no olho da rua”. Apontou que o atual sistema de vigilância das escolas favorece a existência de poucos casos de arrombamento nas escolas. Explicou que esse sistema funciona pelo fato de os vigias estarem trabalhando há muito tempo na mesma escola e, por isso, conhecem os alunos e a comunidade, o que leva a obterem o respeito destes. Relatou que esses vigias chegam, até mesmo, a aconselharem os alunos quando estes têm algum relacionamento complicado com professores. Considerou que, após a instalação de câmeras de segurança, quando surgir alguma ocorrência, e o alarme disparar, haverá uma demora excessiva para que se apresente ao local um guarda municipal ou um policial militar, o que resultará na fuga dos meliantes. Avaliou que, ao demitir esses vigias, a Prefeitura estaria beneficiando empresas privadas. Em seu entendimento, a prioridade da Prefeitura deveria ser o trabalhador e a manutenção de seus empregos. Relatou que, por vezes, igrejas desenvolviam eventos nas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

escolas, o que não mais poderá ocorrer em razão da falta de vigia. Registrou, ainda, que demissões em massa têm de ser negociadas junto ao sindicato. Disse ser preciso conclamar a população a engrossar o movimento contra essas demissões. O presidente desta Casa, vereador Wellington Magalhães, informou que, de acordo com a Prefeitura, as escolas, as Umeis e os postos de saúde ficarão mais seguros com a aparelhagem de segurança a ser neles implantada. Registrou a presença do vereador Gilson Reis, a quem passou a palavra. O vereador Gilson Reis considerou que existem ações do governo que prejudicam muito a sociedade, e existem ações que destroem. Afirmou, então, que a proposta de demissão dos vigias das escolas seria uma ação que destrói. Explicou que a Educação é um processo amplo, que começa na portaria da escola, onde o aluno se encontra com o porteiro e o vigia, criando, assim, mecanismos educacionais que constroem a política pedagógica das escolas. Destacou a importância de os vigias conhecerem os alunos, os pais dos alunos e os problemas das comunidades, e, por isso, serem capazes de tornar as relações mais próximas. Em seu entendimento, ao retirar esses vigias, substituindo-os por equipamentos eletrônicos, criar-se-á um distanciamento da comunidade em relação às escolas. Avaliou que a substituição do vigia pela câmera de segurança aumentará a violência, os roubos e os assaltos nas escolas. Considerou que, em qualquer país civilizado, quando se define a substituição do trabalho humano pela tecnologia, abre-se um processo de negociação, que demora anos, pelo fato de as pessoas necessitarem de seus empregos para sobreviver. Destacou, ainda, que a medida precisa ser revista em razão do momento de crise econômica e de desemprego no Brasil. Concluiu, então, que se trata de demissão em massa e, por isso, a Prefeitura não poderia agir assim. Manifestou, por fim, sua solidariedade a essa categoria. O diretor do Sind-Rede, Daniel Wardil, lembrou a existência de projetos de lei, de autoria do Executivo, que visam à privatização de cemitérios e parques da cidade, o que levará os trabalhadores desses equipamentos a somarem-se à situação desses vigias. Disse perceber que a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Prefeitura detém, atualmente, uma visão empresarial da cidade, sendo que deveria ter uma visão humana. Explicou que a intenção da Prefeitura é retirar o vigia noturno, mantendo um vigia no período da manhã e outro no período da tarde. No entanto, segundo relatou, todos os vigias estão inseguros, pois não sabem qual deles será demitido, já que aquele que trabalha no período noturno poderá assumir a vaga tanto daquele que trabalha no turno da manhã quando daquele que trabalha no turno da tarde. Relatou caso de um vigia, pai de dois filhos, que colocou seu cargo à disposição para que seu colega não fosse demitido, já que este teria menos condições de retornar ao mercado de trabalho. A palavra foi passada ao público presente. Maria Antonieta considerou que a Prefeitura precisa aprender o que é gestão de compartilhada e apontou a importância do colegiado na escola. Disse que cabe ao colegiado a função de admitir e de demitir trabalhadores para a escola. Considerou que, com essa ordem de demissão, esse colegiado foi desconsiderado, pois sequer foi consultado sobre essa atitude do Executivo. Indagou, então, qual a finalidade do colegiado nas escolas. Avaliou que porteiros e vigias são de importância vital para o dia-a-dia da escola e terão dificuldades para arcar com suas despesas mensais. Destacou que a meta da Prefeitura é ter Educação de qualidade, mas que, em seu entendimento, com essa atitude autoritária, não seria possível. Considerou, ainda, que a medida, em um primeiro momento, poderá até gerar alguma economia, mas que, a longo prazo, não gerará a economia financeira esperada. O vigia Antônio Carlos relatou terem ocorrido arrombamentos na Umei Juliana, mesmo com os alarmes tocando. Disse, então, acreditar que a instalação de equipamentos de segurança não manterá a segurança nas escolas. Informou que, nessa Umei, há muitos morcegos, que acabam por provocar, constantemente, o acionamento dos alarmes, razão pela qual, por vezes, os alarmes chegam a ser desligados. Afirmou, então, que, após a Umei ter contratado vigia, os assaltos não mais ocorreram. Destacou que o mercado de trabalho, atualmente, não possui emprego nem para os jovens, quanto mais para os mais idosos. Disse não



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

saber como arcará com o pagamento das prestações que ainda faltam para ser pagas pela aquisição de um terreno. A tutora Benedita Aparecida da Silva disse não ser justo demitir porteiros e vigias, ou seja, fazer economia com o corte dos salários de pessoas pobres. Para ela, o prefeito Marcio Lacerda deveria cortar o próprio salário para que a economia seja maior. Declarou que, certamente, após a demissão dos vigias, a Prefeitura não terá verba para repor os equipamentos que forem roubados das escolas. Antônia Amélia disse que os porteiros terão de vender drogas ilícitas para garantir o seu alimento. Manifestou-se contrária à demissão dos porteiros e vigias. Soraia informou que estuda na Escola Municipal Carlos Goes. Lembrou que a escolha de porteiros e vigias é feita em conjunto com alunos, diretores, colegiados, pais de alunos. Em razão disso, disse não compreender o fato de, no momento de demissão desses trabalhadores, todos não terem sido consultados. Afirmou que vigilância eletrônica não acompanha os alunos. Declarou que a comunidade fará protestos contra essas demissões. O morador da pedreira Prado Lopes, Wilber, manifestou insatisfação por não mais poder trabalhar nas escolas. Considerou uma “sacanagem” o que o prefeito Marcio Lacerda está fazendo com porteiros e vigias. A secretaria da Associação Pedreira Unida, Cristiane Renata, disse ser preciso reivindicar aquilo que é direito da comunidade. Ressaltou que esses vigias são pais de famílias e que não sabem o que farão após perder o emprego. Ademais, lembrou o fato de esses trabalhadores terem ajudado o prefeito Marcio Lacerda a se eleger e, nesse sentido, disse que o prefeito deveria “colocar a mão na consciência”. Considerou que, certamente, alguém estaria se beneficiando com essa medida. A professora da Escola Carlos Goes, Denise, manifestou a indignação dos professores contra a demissão de vigias. Informou que a escola possui equipamentos caros, importantes para a prática pedagógica, e outros utilizados no laboratório e, nesse sentido, considerou que a reposição desse material sairá mais dispendiosa do que a demissão desses trabalhadores. Relatou que, nesta data, uma professora havia sofrido agressão de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

uma aluna e que lida com outras situações difíceis na escola. Afirmou que o professor não merece não ter a materialidade que ele precisa para executar seu trabalho. Para suas considerações finais, Edna Maria Vieira Ferreira agradeceu a todos pela presença e disse que a luta contra a demissão de vigias não seria apenas da Pedreira Unida. Declarou que contará com o apoio do presidente desta Casa, vereador Wellington Magalhães, nessa luta, pois, se depender da associação, os porteiros permanecerão em seus postos. Daniel Wardil agradeceu o espaço e disse que um vigia havia apresentado seu relato do que aconteceria com ele após a demissão. Registrou que esse relato seria o mesmo para os cerca de 500 vigias que serão demitidos. Disse não entender como o prefeito Marcio Lacerda não percebe haver problema nisso, principalmente pelo fato de o colegiado não ter autorizado a demissão dos porteiros. O vereador Gilson Reis avaliou que essa medida é equivocada por não ter dúvida de que, em médio prazo, aumentará o número de arrombamentos nas escolas. Apelou para que o prefeito Marcio Lacerda reveja essa posição e garanta o emprego e a dignidade desses pais de família. O presidente desta Casa, vereador Wellington Magalhães, reafirmou que, na próxima semana, se encontrará com o secretário Vitor Valverde, e que tentaria reverter a situação. Apontou que a decisão não estava em suas mãos, mas que faria o possível. Declarou, por fim, que “só unidos conseguiremos vencer”. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente dessa Casa, vereador Wellington Magalhães, agradeceu a todos pelo comparecimento e declarou encerrados os trabalhos, às 20h45min. Para constar, lavrou-se este registro.

Dirigente: